

O SR. MAX LEMOS - Não, não, não. Deixe-me só te dar a nossa organização administrativa nesse... O processo estava parado, eu pedi ao Muffareg, que é Engenheiro, foi muito tempo Superintendente da Funasa, então, a gente trouxe muita gente boa para trabalhar conosco, com experiência. E eu pedi ao Muffareg que tocasse esse processo paralelamente do... Nós estamos terminando de quantificar para, então, a gente ir para a luta para vencer a questão do regime de recuperação.

Então, eu concordo absolutamente, tanto é que as providências estão tomadas. Então, fique tranquilo. A gente defende essa tese. É claro que nós estamos tomando todo o cuidado, neste período que nós não temos tantos profissionais concursados, de termos um arquivo para evitar que se perca as informações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Só um minutinho, porque eu cometi aqui uma omissão. É que eu tinha... Tanto a Deputada Renata Souza, que faz parte da Comissão, a Deputada Martha Rocha e o Deputado Waldeck estão justificando a ausência porque o Waldeck está aqui presidindo a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Renata Souza e Martha Rocha já tinham outros compromissos agendados fora da Casa.

Então, só para dar essa satisfação.

O SR. MAX LEMOS - Essa questão do concurso público, eu pedi ao Muffareg que pegasse esse procedimento e fizesse um levantamento bem minucioso da nossa necessidade de mão de obra. Ele está terminando de fazer isso. Porque não é só a Secretaria de Infraestrutura. Como o Instituto de Engenharia tem apoiado não só os órgãos do Estado, mas tem apoiado as Prefeituras, essa essência do Instituto de Engenharia, eu não sou Engenheiro, sou Advogado, mas eu tenho um apreço muito grande de muitos anos tocando obra e convivendo com isso. A experiência diz a necessidade de se apoiar as Prefeituras.

Por exemplo, projetos de mobilidade e sinalização, nós temos feito para algumas Prefeituras através do Instituto de Engenharia. Isso é um outro braço que nós revitalizamos agora. Vamos fazer cinco experimentos em cinco cidades. E nós vamos sinalizar ela toda. Projeto todo feito pelo Instituto de Engenharia.

Então, essa questão do concurso público, eu concordo em gênero, número e grau, depois nós vamos te dar todas as informações, documentos, enfim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - O fundamental é o número do processo para a gente acompanhar.

O SR. MAX LEMOS - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Na hora que você pedir o concurso isso vai ter que ir para Fazenda, Planejamento, etc.

O SR. MAX LEMOS - Apesar de eu ter pouco tempo lá e daqui há pouco estou saindo por causa do pleito eleitoral, nós tomamos esses cuidados. Ainda não deu para fazer muita coisa, o tempo é curto, mas a gente movimentou muito. Ai ia ser uma tarefa nossa, vai, nós vamos preparar essa questão do concurso público. Independente da minha permanência ou não a equipe, pelo que o Governador tem dito, vai ser mantida essa equipe toda para não ter descontinuidade, porque são muitos investimentos, são muitas memórias. E nós também tomamos cuidado com essas memórias também até a gente ter a efetivação.

Em relação a testar as obras, as medições, essa é uma discussão que a gente precisa ter um pouco mais na frente. São pouquíssimos profissionais, a gente tem aí algumas aberturas que permitem, porque senão a gente não faz, mas essa é uma discussão um pouco mais para a frente.

Em relação à habitação - e te dizer inclusive que eu me socorri de muita gente. O Beraldo, que foi Diretor e era funcionário de carreira do DER, hoje, por exemplo, é nosso Superintendente de Encostas. Nessa área tem muita experiência.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Então, quer dizer, a tua estrutura tem um gestor de geotécnica?

O SR. MAX LEMOS - Tem. Tem.

Então, o Beraldo é Superintendente; e você quer ver uma coisa? Chamar a atenção do... É porque são muitos investimentos. Todas as encostas de Friburgo, Eliomar, estavam paradas. Todas as encostas de Teresópolis, ainda da enchente de Janeiro(?), estavam paradas. Nós colocamos todas para andar e licitamos todas, tem uma encosta pronta. Apenas com sete meses. Isso feito o quê? Coordenado por quem? Pelo Beraldo, que se aposentou no DER, e eu o cooptei com urgência para que ele pudesse vir trabalhar conosco. É muita experiência.

Então, o que nós fizemos agora? É porque são muitas obras. Então, por exemplo, Petrópolis não fez uma encosta desde 2011. O que nós fizemos agora? Assumimos os contratos de 2011, porque senão não vai ser feito. Primeiro, porque não vai ser feito porque eles não fizeram até hoje. Sabe-se lá por quê. E não é o Prefeito anterior. O Rubens já era Prefeito, depois veio esse, enfim, o outro. E não foi feito desde 2011, Anderson. O que nós fizemos? Nos colocamos à disposição para assumir esses convênios, porque o segundo problema deles é a falta de dinheiro para corrigir o (não compreendido). Como é que vai fazer uma encosta com o preço de um orçamento de 2011?

Então, nós acabamos de assumir, reunimos a Caixa Econômica, nos oferecemos para assumir as encostas de 2011. Todas as encostas de Teresópolis, todas as encostas de Friburgo, nós estamos tocando as obras, estamos concluindo, sob a superintendência do Beraldo. E agora vamos assumir nos próximos 15, 20 dias os contratos todos de Petrópolis daquela época de 2011, além dos contratos de emergência que nós estamos fazendo agora. Nós estamos fazendo cinco intervenções emergenciais em Petrópolis agora.

Eu deixei Petrópolis um pouquinho para o final para que eu possa dar um resumo de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - É, porque Petrópolis são duas...

O SR. MAX LEMOS - É um caso à parte.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - 2011 é Vale do Cuiabá.

O SR. MAX LEMOS - Não, não, sim, mas é Petrópolis.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - 2022 é o Centro, é mais complexo.

O SR. MAX LEMOS - Então, eu estou deixando a questão de Petrópolis para eu fazer um resumo para vocês todos do que nós fizemos em Petrópolis em 16 dias e o que estamos fazendo hoje. Eu fiquei em Petrópolis 16 dias sem sair de lá. Aliás, saí de lá no helicóptero do Estado para ir para Brasília resolver um problema que o Luiz Paulo coloca muito bem, conhece muito bem, que é a questão do túnel extravasor, que é um assunto que eu quero colocar aí quando for fazer o resumo de Petrópolis ainda nessa audiência. Mas te dizer que essa questão do concurso público está encaminhada, a questão das encostas nós temos o Superintendente que fez andar, está acontecendo, não é futuro, está acontecendo.

Em relação à questão do Fehis, eu estou muito à vontade para falar desse tema, sabe por quê? O que nós não fizemos de execução orçamentária efetivamente é porque o tempo não permitia. Nós construímos o Programa Casa da Gente no mês de julho, uma pontinha de julho, agosto, e em setembro nós lançamos o Casa da Gente. E estamos correndo para esse ano, não tenho dúvida que não terá problema, 2022 não terá problema de execução orçamentária para o Fundo de Interesse Social de Habitação. Nós tomamos as providências para que isso acontecesse, porque como você coloca muito bem, é um absurdo você ter um recurso carimbado para investimento em habitação e você não... Esse ano nós vamos contratar mais de um bilhão de reais para habitação. Este ano nós vamos contratar em construção, reformas de conjuntos, em habitabilidade que supera em muito o orçamento anual do fundo de interesse.

Então, assim, eu estou muito tranquilo porque nós já planejamos, já está acontecendo, as estações estão nas ruas, me socorra, Ângelo, deve ter, em execução, umas 14 obras mais ou menos, deve ser isso, deve ter, em fase de abertura de envelope, quantas são?

O SR. ÂNGELO MONTEIRO - 27.

O SR. MAX LEMOS - 27 obras, e quantas estão publicadas?

O SR. ÂNGELO MONTEIRO - Todas elas.

O SR. MAX LEMOS - Todas elas, não, 27, não, você tem 14 em execução...

O SR. ÂNGELO MONTEIRO - 14 em execução, 27 publicadas já, e aumentando.

O SR. MAX LEMOS - E não para. Nós estamos muito absolutamente tranquilo de que nós vamos quase multiplicar por 8 o recurso que é colocado no fundo. Vamos investir mais, com os recursos obviamente oriundos do leilão do saneamento e do crescimento orçamentário que tem no Estado, então, nós vamos colocar recursos próprios.

O SR. ÂNGELO MONTEIRO - 571 milhões.

O SR. MAX LEMOS - Ali, com ele, tem 571 milhões, com ele, nós temos prédios a serem licitados, reformas lá e agora entra agora, nos próximos 30, 40 dias, a Emop no certame também, para dar velocidade.

Então, está absolutamente tranquilo em relação ao investimento do fundo que nós vamos superar em muito, parece, porque nós programamos no ano passado, então, não dava para executar.

Então, assim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deputado Max, fala um pouquinho da questão da seleção dos investimentos estruturantes para me passar depois.

O SR. MAX LEMOS - Sim, primeiro, te falar assim...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Você falou em projeto especial.

O SR. MAX LEMOS - É a questão...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Um deles, dos projetos especiais que o senhor colocou, o senhor colocou o MIS, o Hospital de Oncologia e o Morro da Mangueira, todos são necessários, mas, estruturantes, na minha óptica, só tem o Hospital de Oncologia.

O SR. MAX LEMOS - Isso eu posso listar, são muitos projetos e já estão quase prontos ou já estão em licitação ou já foram licitados, por exemplo, não dá para você não chamar a recuperação do teleférico do Alemão, não dá para não dizer que não é estruturante, está parado, é uma recuperação? É mas é uma recuperação que vai custar mais de 100 milhões e nós vamos começar as obras sexta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Um teleférico que fica parado, ele pode não ser estruturante, mas, ele está jogando dinheiro fora, porque não está cumprindo a finalidade pelo qual ele foi investido.

O SR. MAX LEMOS - Não, do ponto de vista da mobilidade, Luiz...

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Mas, não é isso, Max, é o seguinte, o pior dinheiro do mundo é aquele que é investido e não tem nenhum retorno social, esse é o pior dinheiro do mundo, você jogou fora.

O SR. MAX LEMOS - Então, veja bem, esse é um projeto especial porque nós estamos recuperando uma coisa que não funciona, um investimento de mais de 100 milhões. As obras começam na outra sexta-feira, de amanhã a uma semana, dia 18, as obras iniciam, quer dizer, são coisas paralisadas que nós tivemos que enfrentar para fazer.

Agora, em relação a questão do DER, como você comentou, eu queria só chamar atenção para uma questão, nós não trabalhamos em RJ, em vias do Estado, nós temos duas obras sendo feitas em pontes porque o DER naquele momento não tinha condição de desenvolver projeto que estão em RJ, somente, agora, nós não trabalhamos em nenhuma via estadual, a Seinfra não está fazendo esse tipo de trabalho até por uma questão de lógica.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Só para te espetar um pouquinho, eu conheço o nosso Estado, a RJ 158 liga Itaocara à Cambuci, Portela está na 158, tem até uma boa cachaça lá.

O SR. MAX LEMOS - Não, não, Portela está, mas a ponte não está encabeçada por RJ nenhuma, ela está nas vias municipais, tanto de um lado como do outro, ela nasce, a alça dela, na via municipal e está noutra, está é sobre um rio federal, isso é outro assunto, porque o rio é federal.

Então, assim, mas, a gente fica feliz de saber que também está tendo investimento na Secid, isso que é o mais importante, agora, eu queria colocar para você assim: o que é estruturante? Hospital é estruturante? É, desculpe, mas a Ponte Macaé é estruturante, a Ponte Cardoso Moreira é estruturante, a ponte sobre o Rio Pomba em Porciúncula ela é estruturante, nós vamos fazer.

A ponte em Bom Jesus de Itabapoana, que liga Bom Jesus de Itabapoana a Bom Jesus do Norte, ela é estruturante.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Max, nós vamos oficializar você de todos os projetos que você toca, que você relacione, para não precisar ficar citando, os estruturantes, eu puxei essa questão porque você usou o rótulo "projetos especiais", eu achei que os especiais eram também estruturantes, mas, nem todos os especiais são estruturantes. Mas, está bem.

O SR. MAX LEMOS - Ah, sim. É mais ou menos isso.

Então, assim, dizer para ser concurso público, investimento em habitação, essas coisas estão andando. Obviamente, nós gostaríamos de ter tido mais tempo para poder andar.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Deixa eu passar agora para o nosso Eliomar Coelho, por favor.

O SR. MAX LEMOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Por favor, Eliomar.

O SR. ELIOMAR COELHO - Vou começar cumprimentando inclusive o Secretário. Eu acho importante a presença aí dos demais Presidentes de órgãos do Estado. Eu vou fazer observações daquilo que está me preocupando. Inicialmente, quero deixar muito claro que eu considero que o Estado do Rio de Janeiro dispõe de recursos técnicos, ou seja, profissionais da área de engenharia, da melhor qualidade possível e que, inclusive, o Estado foi colocando esse pessoal exatamente para fora. Só para se ter noção, por exemplo, o Departamento de Recursos Minerais tinha 19 Geólogos. Acabou. Quando a gente discutiu aqui a Cedae, o problema da Cedae, a demissão de mais de 50 pessoas especializadas, com 20, 30 anos de casa. Tudo isso sendo mandado embora. Quer dizer, o que jogava fora exatamente aquilo que, para nós, é uma coisa muito importante, que é a memória técnica que possui cada uma dessas empresas, cada um desses serviços.

Então, eu quero deixar muito claro que eu, por exemplo, não tenho nenhuma reparação a fazer em relação, digamos, aos profissionais da engenharia, geologia, ou seja, os especialistas que têm todas as condições de estar dando uma colaboração importantíssima para esse Estado se desenvolver, e isso aí não é considerado. Muito pelo contrário. Há uma descondição total. Mas, olha, vamos começar. O que acontece é o seguinte: o Estado, de repente, tem nas suas mãos um volume de recursos muito grande, por conta da venda da Cedae, por conta do aumento das suas receitas, muito dinheiro. O que nós vamos fazer com esses recursos? Qual a destinação que nós vamos dar? Como que será feita essa destinação? Quais os critérios adotados exatamente para que isto realmente se realize? Quer dizer, é um conjunto de preocupações porque envolve várias políticas públicas, políticas públicas essas que terão que se integrar, terão que dialogar, o que não acontece, infelizmente. A Secretaria de Transporte não conversa com a Secretaria de Obras e nem conversa com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e nem com a Secretaria de Fazenda. Não tem essa conversa entre as Secretarias. Ouvi atentamente a exposição do Secretário. Quer dizer, uma exposição baseada num levantamento de todas as necessidades que estão acontecendo nesse Estado e que há uma necessidade urgente de começar a mudar essa situação. Obras com mais de dez anos paradas. Conjuntos habitacionais com mais de dez anos de existência sem ter tido nenhum trabalho de preservação e manutenção. O custo da obra parada, para ser retomada, aumenta, é diferente. Eu, pelo menos, a minha especialidade é estrutura. Quando3 eu passo numa determinada obra parada e vejo os ferros, tudo sendo corroído pela ferrugem, aquilo ali dói, porque é dinheiro do povo gasto, sem nenhuma função exercida.

Então, a preocupação desse levantamento eu acho importantíssimo é uma coisa que realmente necessitava e parece que está sendo feito.

Bom, o que acontece? Feito o levantamento, vem o que a gente vai fazer para dar uma destinação correta para os recursos que estão disponíveis nas nossas mãos, porque tudo que foi anunciado,

Secretário, que está sendo feito, que está sendo previsto, para mim, vai funcionar e está sendo me apresentado, por exemplo, uma carta-declaração de intenções.

Quer dizer, eu vejo que várias obras foram anunciadas, e tenho aqui nas minhas mãos, que existem obras que estão sendo executadas, mas não há um contrato feito. Como fica esse negócio?

Nós somos aqui uma comissão de fiscalização e como vamos fiscalizar?

Eu quero saber, por exemplo, do projeto estruturante - que é importante, e que significa um investimento de milhões de reais -, como ele está sendo feito.

Foi apresentada aqui uma preocupação, que eu acho muito importante, que é o negócio das viabilidades, dos estudos de viabilidade. A primeira coisa que a gente deve fazer ao analisar um projeto(?) estadual(?) é o estudo de viabilidade. E quando eu falo em estudo de viabilidade - eu sempre falo -, tem que ser viabilidade técnica; econômica; e, acima de tudo, social. Se não existirem as viabilidades social, técnica e econômica, se não forem contempladas essas viabilidades, de repente é isso, não está tendo a destinação que é exatamente levar para o social e melhorar a condição de vida das pessoas que dependem daquilo.

Então, realmente preocupa porque eu não estou vendo, por exemplo: há os estudos de viabilidade? Eu quero ver os estudos de viabilidade. Eu quero ver o escopo dos serviços, as especificações, o tempo de execução dessa obra, o cronograma físico financeiro. Senão, vai ser impossível a gente exercer a nossa atividade, nobre Deputado Luiz Paulo, que é a de fiscalizar.

Temos que ter esses elementos nas nossas mãos para a gente promover essa fiscalização. Eu vejo os recursos que são colocados disponíveis, pelo menos, para dar cobertura a realizações relativas a quase uma dezena de áreas: infraestrutura, desenvolvimento social, saúde, educação, segurança, desenvolvimento econômico, meio ambiente, cultura e lazer. É muita coisa, isso daqui não é pouca coisa, não. E eu tenho a listagem aqui das obras que foram anunciadas. Também é muita coisa. E isso eu quero que sejam colocados à nossa disposição, como Comissão do Legislativo de Fiscalização, os elementos que sejam necessários e suficientes exatamente para a nossa apreciação acontecer com critério. O que nós queremos é que haja critério naquilo que a gente vai apresentar como resultado da nossa fiscalização. Aquilo que for motivo de receber os nossos aplausos, com certeza, vai ter os nossos aplausos, mas aquilo que a gente achar que deva mudar o rumo, tem que mudar porque se não mudar, realmente vai ter que partir para um outro tipo de ação como membros do Legislativo, de acordo com a nossa prerrogativa e correspondendo à nossa responsabilidade por conta das expectativas que nós geramos como membros da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

De maneira que eu gostaria de pontuar, de colocar essas pontuações, porque quando eu vejo uma obra que está dizendo que está sendo construída, mas que não tem contrato, isso já me preocupa. Ai, eu tenho, por exemplo, em Laje de Muriaé, eu tenho isso em Porto Real. Estou vendo aqui, exatamente, o carro na frente dos bois e isso daí é uma coisa que preocupa a gente. A obra, a execução dela, se ainda não houve um contrato, quer dizer, será que tem... Eu posso, eu tenho direito de admitir a hipótese: será que tem projeto? O que está sendo executado tem projeto? Ou seja, várias dúvidas, várias interrogações e as incertezas são enormes, em relação a isso aí. Quer dizer, diante... O Deputado Luiz Paulo começou falando desse volume espetacular, enorme, daquilo que está sendo proposto, daquilo que está sendo colocado.

Então, eu gostaria, viu, Secretário, de que, realmente, essas considerações que nós estamos fazendo que fossem levadas... O nosso olho está focado, eu costumo debulhar, exatamente, para que, depois, ninguém venha aqui dizer que eu favoreci A, B ou C, o que eu quero é aquilo que está sendo anunciado seja realizado, cumpra a sua função social, o produto final de atendimento, necessidade e melhoria da condição de vida dessa população tão sofrida do nosso Estado, porque, realmente, a máquina precisa ser azeitada, não está azeitada.

Essa falta de concurso, o pessoal do Instituto de Engenharia tem todas as condições, técnicos da mais alta capacidade, importantíssimo, pessoas sérias, reconhecidas pelas suas especializações, sem ter o aproveitamento que deveria ter, sem existir a organização que deve existir exatamente para que esses profissionais possam exercer, da melhor forma possível, e da contribuição efetiva para aquilo que a gente deseja que é este Estado do Rio de Janeiro sair do estado em que se encontra e começar a ter um impulso de desenvolvimento, da busca, pelo menos, do que a gente possa considerar desenvolvimento deste Estado.

Inicialmente, eu gostaria de fazer essas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - Obrigado, Deputado Eliomar.

Eu queria que a Secretaria dos trabalhos anotasse as seguintes questões, Pedro, por favor.

Oficial ao Secretário Max Lemos que ele nos envie: um, cópia do processo administrativo referente à abertura do concurso público; dois, cópia do processo - eles sabem o número, eu não sei - que contratou a PUC para o gerenciamento dos contratos; cópia do processo SEI que contratou a Uerj ou fez convênio, é a mesma coisa, no sentido do Programa Na Régua - aliás, eu gostei do título -, que nos informem - e vou dizer por quê, Max - que obras estão sendo tocadas, estão sendo feitas, que estavam paralisadas historicamente. Porque essas já têm licitação, já têm projeto, evidentemente, o que precisa aí é de um ajuste de quantidade, para verificar o que foi feito e o que não foi feito, ver as medições pretéritas e o reajustamento dos preços, foi contratado em 2013, nós estamos em 2022, então, as obras que estão sendo feitas de contratos pretéritos; as obras já licitadas em RDC; porque se está em RDC o projeto virá junto.

O SR. MAX LEMOS - Vai vindo.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - A questão da tomada coloca.

As obras que estão já licitadas em regime de carta convite, tomada de preço ou concorrência pública. Está falando em contrato uma tomada de preço, muitas vezes não tem contrato. O processo é o contrato. A concorrência pública é obrigada a ter contrato. Bom, porque isso dará o espelho - chegando aqui - da gestão do Secretário, porque o que depois vier...

O SR. MAX LEMOS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Paulo) - ...será outro Secretário.

E, finalmente, evidentemente sem obrigação dele acertar, já que o Ângelo tem ali uma listagem de licitações, o que já está em processo de licitação. Aí da mesma forma: tomada de preço, carta convite, concorrência e o que é RDC.

Eu acho que com essa resposta a gente pega, aqui um pouco o primeiro impulso.

E, finalmente, dentro desse conjunto de investimentos, evidentemente, a critério do Secretário - porque isso não está escrito nos manuais de Engenharia - o que ele considera - ele vê lá com a equipe técnica dele - investimento estruturante. Evidentemente, que esse conceito de investimento estruturante não tem no papel dizendo, certamente, o que é. Mas, evidentemente, a gente sabe que é uma ponte para atender uma determinada comunidade é importante para aquela comunidade, mas não é estruturante na concepção do Estado. Pode, até, ser para aquele Município especificamente. Só para saber o que é varejo.

Não é que essas questões não sejam importantes todas são importantes: se você resolve o problema do Município por menor que seja para aquela comunidade, para aquele distrito é extremamente importante. Mas aí a urbanização federativa dá ao Estado a capacidade de querer resolver suas questões. E ele não resolveu as suas questões. Eu muitas vezes passo em rodovias estaduais - você muito mais do que eu - que eu tenho até tristeza: é buraco de ponta a ponta. E a rodovia estadual é dever do Estado.

Uma das coisas que eu mais quero é que o Estado ajude ao Município. Mas ele não pode abrir mão daquilo que ele tem que fazer das suas próprias estruturas.

Então, com esses ofícios a gente manda logo no início da semana que vem a gente responde as minhas questões.